

Jildo Pereira o material para a longa entrevista, em que Prestes analisava a situação nacional e que foi publicada, em três ou quatro partes, em janeiro de 1928, pelo órgão tenentista *A Esquerda*, dirigido por Pedro Mota Lima. De janeiro a abril de 1928, circulou impresso o jornal clandestino, antes mimeografado, *O Jovem Proletário*. Reaparece, assim, e se desenvolve, ao lado da grande imprensa, da imprensa capitalista, a pequena imprensa, a imprensa proletária, sob condições extremamente difíceis. Antes, em período histórico de condições diversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é pequena tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante, e nem mesmo a conseqüente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos, revistas e jornais, o que existe, agora, é uma imprensa de classe: ou da classe dominante, ou da classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo.

Imprensa política

A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria — tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária. O *Estado de São Paulo*, de que Júlio de Mesquita se torna, em 1902, proprietário único, é o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam; a cidade de S. Paulo é, agora, centro industrial de grande desenvolvimento, “o maior parque industrial da América Latina”, como os paulistas se habituarão a proclamar, logo adiante. Em 1906, a redação passa a funcionar à praça Antônio Prado. No ano seguinte, a empresa volta a ser sociedade anônima, com capital de 350 contos; Júlio de Mesquita é o redator-chefe; Nestor Pestana, o secretário; José Filinto, o gerente; o jornal recebe rotativa *Marinoni*, ocupa dezenas de gráficos nas oficinas, apresenta tiragens diárias de 35 000 exemplares de 16 a 20 páginas. Plínio Barreto, que entrara para o jornal como revisor, aos quatorze anos, formando-se em 1902, passa a repórter; afastar-se-ia, de 1905 a 1909, para advogar no interior; volta para fazer a seção “Crônica Forense”, depois intitulada “Vida